

Mariana Natália Martins Azeredo de Magalhães;
 Marília da Conceição Goelho Gama;
 Marilisa Gomes Borges;
 Marisa Alexandra Côtimos Nunes;
 Marisa Castelo Henriques;
 Marisa Inácio Isidoro;
 Marli da Rocha Migueis;
 Marta Inês Cebola;
 Marta Jovina Barros de Passos;
 Marta Liliana Novais;
 Micael Santos Cravo;
 Natalina Rosa Marques dos Santos;
 Nélia de Jesus Isaque dos Santos;
 Octávia Maria Natividade Pinto;
 Olinda Isabel Oliveira Dias;
 Patrícia Alexandra da Silva Ferreira;
 Patrícia Alexandra Limão Meda Antunes;
 Patrícia Isabel Diamantino Simão;
 Patrícia Manuela da Silva Vieira;
 Paula Noelma Teixeira Batista;
 Pedro Gonçalo Dias Magalhães;
 Raquel Alexandra Amado da Costa Moura;
 Rita Alexandra Octávio de Matos;
 Rosalina de Brito Ponciano;
 Rosalinda Alves Bouzendo;
 Rute de Jesus Ló Gralho;
 Sandra Cristina Cavaco Guerreiro;
 Sandra Marisa Dias Caetano;
 Sandra Teresa Simões do Carmo;
 Sara Alexandra Martins de Sousa;
 Sara Raquel Dias Duque;
 Sara Raquel Pereira Miranda;
 Sara Sofia Pereira Craveiro;
 Sérgio Daniel Pires Ribeiro Moscoso;
 Sílvia Alexandra da Silva Mendes;
 Sílvia Karin Afonso Magalhães;
 Sílvia Marina Alves Ricardo;
 Sofia Alexandra da Cunha Aragão;
 Sofia Alexandra Jacinto de Novais;
 Sofia Isabel Ferreira Almeida Bóia;
 Sónia Patrícia Silva Nunes;
 Susana Filipa Murças Felício;
 Susana Marisa Bento Salvador;
 Susana Ribeiro Gama;
 Tânia Cristina Fernandes Faria;
 Telma Cristina Viegas de Brito;
 Teresa Isabel Rosa Dias;
 Teresa Margarida Almeida Gonçalves;
 Tiago Filipe da Costa Pernas;
 Vânia Patrícia Jorge Martins;
 Vera Lúcia Silva Moreira;
 Verónica Santiago dos Santos.

c) — Não apresentou o documento comprovativo exigido na alínea c) do ponto 7.3 da declaração de rectificação n.º 174/2010 do *D.R.*, 2.ª série, n.º 20 de 29 de Janeiro, dentro do prazo legal:

Cláudio Eduardo Pereira Perhat.

Os candidatos excluídos dispõem de 8 dias úteis, contados a partir da data da presente publicação no *D.R.*, para interpor recurso hierárquico para o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Torres Vedras, nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

Torres Vedras, 6 de Maio de 2010. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. José Manuel Gonçalves André*.

203239922

Declaração de rectificação n.º 955/2010

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 8272/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 26 de Abril de 2010, rectifica-se onde se lê «15. — A constituição do júri é a seguinte: Vogais efectivos: 3.º Dr. Carlos Alberto Caseiro Marques» deverá ler-se: «15 — A constituição do júri é a seguinte: [...] Vogais efectivos: [...] 3.º Dr. Carlos Alfredo Caseiro Marques».

7 de Maio de 2010. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Manuel Gonçalves André*.

203240967

Direcção-Geral da Saúde

Despacho (extracto) n.º 8303/2010

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 291/2009, de 12 de Outubro, determino a constituição da Junta Médica de Recurso de Avaliação da Incapacidade das Pessoas com Deficiência, da Região de Lisboa e Vale do Tejo:

Presidente — Prof. Doutor António Manuel Barata Tavares, Delegado de Saúde Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

1.º Vogal — Dr.ª Vera Maria Caferra Pereira Machado Gaspar, Delegada de Saúde Regional Adjunta de Lisboa e Vale do Tejo.

2.º Vogal — Dr.ª Cristina Maria Figueiredo dos Santos Nogueira Lopes Galvão, Delegada de Saúde Adjunta do ACES Lisboa Norte.

1.º Suplente — Dr.ª Ana Maria Coelho Simões, Delegada de Saúde do ACES Lezíria II.

2.º Suplente — Dr.ª Maria de Fátima Figueiredo Dias, Delegada de Saúde do ACES Almada.

A constituição da presente Junta tem efeitos a 1 de Abril de 2010.

Lisboa, 30 de Abril de 2010. — O Director-Geral, *Francisco George*.
203234502

Despacho (extracto) n.º 8304/2010

Por despacho do Director-Geral da Saúde de 16 de Abril de 2010, e de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum com vista à ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Saúde, na carreira e categoria de técnico superior, aberto pelo Aviso n.º 19489/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 30 de Setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de Maio de 2010, com o licenciado *João Miguel Maldonado de Matos Nunes Correia*, ficando posicionado na 6.ª posição remuneratória da carreira unicategorial de técnico superior e nível remuneratório 31 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 27 de Fevereiro.

Lisboa, 6 de Maio de 2010. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria de Lourdes Silva*.

203236617

Hospitais Cívicos de Lisboa

Maternidade do Dr. Alfredo da Costa

Aviso n.º 9638/2010

Para cumprimento do n.º 3 do artigo 17.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, faz-se publico que:

Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de Fevereiro, em conjugação com os n.ºs 5 a 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, e na sequência de processo de recrutamento que para o efeito foi desenvolvido, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a categoria de Assistente de Pediatria, da Carreira Especial Médica, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2010, com:

Ana Luísa Torres e Melo, ficando posicionada, enquanto não entrar em vigor o Decreto Regulamentar a que alude o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 177/2009 de 04 de Agosto, entre as posições remuneratórias 27 e 28 da Tabela única dos trabalhadores que exercem funções públicas, com um vencimento mensal de 1 853,95 € (mil oitocentos e cinquenta e três euros e noventa e cinco cêntimos).

Maternidade Dr. Alfredo da Costa, 06 de Maio de 2010. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Margarida Moura Theias*.

203238918

Deliberação n.º 889/2010

Por deliberação do Conselho de Administração da ARSLVT de 26 de Março de 2010:

Nos termos do n.º 2 do artigo 58.º e do n.º 1 do artigo 61 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugados com o Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de Setembro, foi prorrogada a mobilidade interna

da Técnica Superior, Maria da Graça Cunha Torres Silva, com efeitos reportados a 01 de Janeiro de 2010.

Maternidade Dr. Alfredo da Costa, 06 de Maio de 2010. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Margarida Moura Theias*, Mestre.

203238886

Inspeção-Geral das Actividades em Saúde

Despacho (extracto) n.º 8305/2010

Por meu despacho de 5 de Maio de 2010, foram os licenciados António Miguel Antunes Batista, Maria do Céu Cavaco Modesto Alfares, Ricardo Pinto Gomes e Luís Miguel Cândido da Fonseca, inspectores estagiários, nomeados definitivamente na categoria de inspector da carreira especial de inspeção da Inspeção-Geral das Actividades em Saúde.

A nomeação produz efeitos à data do despacho.

6.Maio.2010 — O Inspector-Geral, *Fernando César Augusto*.

203238448

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Aviso n.º 9639/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado, da carreira de técnico superior, do mapa de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP, aprovado para o ano de 2009, visando o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso de abertura n.º 20554/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 13 de Novembro de 2009 — Referência B.

Lista unitária de ordenação final

Candidatos aprovados

Ordenação	Nome	Classificação
1.º classificado	Maria Fernanda Feijão de Sousa . . .	19,6 valores

A presente lista foi homologada por meu despacho de 19 de Abril de 2010, tendo sido afixada nos Serviços Centrais do IDT, IP, publicitada na página electrónica, bem como notificada ao candidato.

19-04-2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Castel-Branco Goulão*.

203240001

Delegação Regional do Algarve

Aviso n.º 9640/2010

1 — Nos termos do disposto no n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º, dos n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º e do artigo 50.º, todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugada com a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 22 de Março de 2010 se encontra aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico, previstos no mapa de pessoal da Delegação Regional do Algarve do Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP.

2 — Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, não foi efectuada a consulta prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

3 — Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, sob o Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, e por despacho do Ministro de Estado e das Finanças, com o n.º 748/09/MEF,

de 14 de Outubro de 2009, foi concedido parecer favorável, a título excepcional, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde.

4 — Política de Igualdade: Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, e em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 — Prazo de apresentação de candidaturas: 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

7 — Caracterização do posto de trabalho:

Refª A — 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico para a Unidade de Desabilitação do Algarve (UDA):

Conteúdo Funcional — Exercício de funções de natureza executiva e aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais, e nos vários domínios da UDA, designadamente:

- Actualização e controlo da base de dados dos utentes da Unidade;
- Marcações e planeamento mensal de internamentos;
- Acolhimento e recepção a utentes e familiares;
- Recepção e encaminhamento de chamadas telefónicas;
- Elaboração e organização dos processos clínicos.

Refª B — 2 postos de trabalho para a Equipa Técnica Especializada (ETET) do Sotavento/Olhão incluindo extensões da consulta em Tavira e Vila Real de Stº António:

Conteúdo Funcional — Exercício de funções de natureza executiva e aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios da ETET, designadamente:

- Actualização e controlo da Base de Dados de utentes toxicodependentes em programas terapêuticos de substituição;
- Gestão e controlo dos Stocks afecta à respectiva Equipa;
- Organização das prescrições médicas por terapeuta;
- Elaboração e actualização de mapas por postos de administração dos utentes em programa terapêuticos;
- Atendimento e apoio aos utentes e seus familiares;
- Marcações e planeamento de consultas;
- Recepção e encaminhamento de chamadas telefónicas;
- Organização dos processos clínicos nas valências da consulta externa;
- Conhecimentos aprofundados na Plataforma SIM (Sistema de Informação Multidisciplinar).

8 — Remuneração: Nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da carreira é objecto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

9 — Local de trabalho: Ref. A) — Unidade de Desabilitação do Algarve da Delegação Regional do Algarve, Quatrim do Sul, CX 260 — Z, 8700 — 128 Moncarapacho; Referência B) Equipa Técnica Especializada de Tratamento (ETET) do Sotavento/Olhão, Rua de Oliveira, 8700 Olhão e extensões da respectiva ETET em Tavira e Vila Real de Santo António.

10 — Destinatários: Trabalhadores que detenham uma relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e por tempo determinado ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde.

11 — Requisitos gerais de admissão ao concurso: nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, podem ser admitidos a este procedimento concursal os indivíduos que até ao termo do prazo de entrega das candidaturas, fixado no presente aviso, satisfaçam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- Ter 18 anos de idade completos;